

JORNALISMO
DE POSIÇÃO
E DISPUTAS
DISCURSIVAS
SOBRE A
EDUCAÇÃO
PÚBLICA:
O CASO DO
IDEB 2023 NO
INSTAGRAM

[ARTIGO]

Luan Pazzini Bittencourt

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Thalita Gabriele Moura Vieira

Universidade Federal do Ceará

Renan de Lima da Silva

Universidade de Caxias do Sul

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo analisa como o jornalismo de posição e os discursos de usuários nas mídias sociais constroem sentidos sobre a educação pública, a partir da repercussão dos dados do Ideb 2023 no Instagram da *Folha de S. Paulo* e do jornal *O Povo*. Utiliza-se a Análise de Discurso para interpretar os comentários, identificando formações discursivas ligadas a celebrações, descrença, desinformação e polarização. O estudo revela como os dados educacionais são apropriados politicamente e disputados simbolicamente nas mídias sociais, refletindo crises de credibilidade, tensões ideológicas e conflitos em torno da memória histórica e da legitimidade dos indicadores públicos.

Palavras-chave: Educação. Mídias sociais. Desinformação. Polarização. Pós-verdade.

Este artículo analiza cómo el periodismo de posición y los discursos de los usuarios en las redes sociales construyen sentidos sobre la educación pública, a partir de la repercusión de los datos del Ideb 2023 en Instagram de *Folha de S. Paulo* y el periódico *O Povo*. Se utiliza el Análisis del Discurso para interpretar los comentarios, identificando formaciones discursivas asociadas con celebraciones, desconfianza, desinformación y polarización. El estudio revela cómo los datos educativos son apropiados políticamente y disputados simbólicamente en las redes sociales, reflejando crisis de credibilidad, tensiones ideológicas y conflictos sobre la memoria histórica y la legitimidad de los indicadores públicos.

Keywords: Educación. Redes Sociales. Desinformación. Polarización. Posverdad.

This article analyzes how positional journalism and user discourses on social media construct meanings about public education, based on the repercussion of Ideb 2023 data on the Instagram pages of *Folha de S. Paulo* and *O Povo*. Discourse Analysis is used to interpret comments, identifying discursive formations related to celebration, distrust, disinformation, and polarization. The study reveals how educational data are politically appropriated and symbolically disputed on social media, reflecting credibility crises, ideological tensions, and conflicts over historical memory and the legitimacy of public indicators.

Palabras clave: Education. Social media. Disinformation. Polarization. Post-truth.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as mídias sociais e a imprensa tradicional vêm ocupando papéis centrais na disputa pública por sentido em torno de temas como educação, saúde, política e direitos sociais. Neste estudo, essa discussão é conduzida a partir da perspectiva da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, conforme formulada por Orlandi (2005), mobilizando conceitos como formação discursiva, posição-sujeito, condições de produção e memória discursiva para compreender os efeitos de sentido produzidos no debate público.

O jornalismo desempenha um papel crucial na reconstrução da memória histórica e na denúncia das violações de direitos humanos cometidas durante regimes autoritários na América Latina. Ao investigar, registrar e dar voz a testemunhos silenciados, a imprensa contribui para a preservação da memória social e para o fortalecimento das demandas por justiça e reparação. Já a memória discursiva, conceito central na AD, será retomada mais adiante para compreender como os dizeres passados retornam e se reinscrevem nos discursos atuais sobre educação pública.

Essa função se torna ainda mais relevante diante dos processos de negação, revisionismo e apagamento histórico que frequentemente permeiam as disputas políticas e culturais na região.

A América Latina vive um legado complexo de regimes autoritários e ditaduras que marcaram profundamente suas sociedades, atravessando a esfera política, social e cultural. Esses períodos históricos

de violência política influenciam até hoje as dinâmicas discursivas e as disputas por memória e justiça social. No Brasil, a ditadura militar (1964-1985) deixou marcas visíveis na estrutura das instituições e na forma com a qual temas como direitos humanos e educação pública são tratados nos meios de comunicação. A ausência de um processo de justiça de transição robusto alimenta um cenário de impunidade e distorção histórica que reverbera em disputas discursivas atuais, sobretudo nas mídias sociais.

A história recente da América Latina é cercada pelo advento de ditaduras violentas, que ainda reverberam no momento atual, seja pela ausência de punições como no caso do Brasil, seja pela eleição de governantes de extrema-direita em alguns países. Nessa perspectiva, assistimos uma disputa narrativa sobre o que esse passado representa na contemporaneidade. Se o país vive o que Márcio Seligmann-Silva (2022) nomeia de “virada testemunhal do saber histórico” é porque inúmeros testemunhos conferem novas dinâmicas à memória social. Não há como desconsiderar, entre outros exemplos que poderiam ser citados, a reverberação ocasionada pelo filme *Ainda estou aqui* (2024) e seus desdobramentos em relação ao período ditatorial (1964-1985), assim como não é possível desconsiderar que das 29 recomendações da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014) somente duas delas foram colocadas em prática, o que reforça o sentimento de impunidade em nosso país. Já na Argentina, país que passou por uma justiça de transição, seu presidente, Javier Milei, acaba de determinar o fechamento do Centro Cultural da Memória Haroldo Conti (Lorca, 2025), um dos mais importantes museus sobre a Ditadura Militar Argentina (1976-1983).

Essa contextualização histórica será retomada na análise para mostrar como determinadas Formações Discursivas (FDs) sobre educação e desempenho escolar no Ceará se articulam a disputas mais amplas de memória e identidade política.

Adotamos o conceito de mídia proposto por Primo (2009), as mídias não devem ser compreendidas apenas como suportes tecnológicos, mas como mediadores que fazem diferença nas associações, integrando atores humanos e não humanos em coletivos sociotécnicos. A partir dessa definição, envolvendo tanto aspectos técnicos quanto sociais, entendemos as mídias sociais como espaços híbridos (Aragão *et al.*, 2016). A opção por esse termo, em vez de “redes sociais” ou “mídias digitais”, busca evitar confusões epistemológicas e enfatizar sua função comunicacional na sociedade contemporânea.

As mídias sociais passaram a desempenhar papel estratégico na circulação e negociação de pautas políticas, culturais e educacionais. A educação, antes restrita a círculos acadêmicos e institucionais, agora integra o fluxo comunicacional cotidiano de professores, alunos, gestores, especialistas, influenciadores digitais e do público em geral. Essa dinâmica se insere na cibercultura (Lemos, 2010), que rompe com a lógica unidirecional da comunicação tradicional, deslocando o poder de emissão e tornando os usuários produtores e receptores simultâneos de conteúdo.

Nesse ambiente comunicacional rizomático, a convergência midiática permite a ampliação do alcance de informações e o surgimento de novas formas de participação. Por um lado, há a ampliação de

vozes marginalizadas e a formação de redes de articulação (Tüfekçi, 2017); por outro, a lógica algorítmica das plataformas privilegia conteúdos sensacionalistas e polarizadores, contribuindo para a fragmentação discursiva, a desinformação e a saturação informacional (Boyd, 2014).

Segundo Jesús Martín-Barbero (2003), o poder contemporâneo está intrinsecamente ligado à mediação dos processos comunicacionais, em que as mídias sociais representam um espaço onde o controle não desaparece, mas se distribui entre diversos agentes, cujas ações nem sempre são claras ou visíveis, refletindo as complexas mediações socioculturais presentes na comunicação atual.

A divulgação dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2024 (MEC [...], 2024), com destaque para os avanços do estado do Ceará, evidenciou a tensão crescente entre o jornalismo profissional e a opinião pública digital. As coberturas realizadas por veículos como *Folha de S. Paulo* e *O Povo* no Instagram geraram reações diversas e acaloradas, ora celebrando os resultados como evidência de sucesso de políticas públicas, ora acusando a mídia de parcialidade e manipulação.

Nesse contexto, a função tradicional do jornalismo como mediador imparcial da realidade é posta em xeque, enquanto se intensifica o fenômeno do que McIntyre (2018) define como “pós-verdade”, em que fatos objetivos perdem espaço para crenças pessoais e percepções subjetivas.

Diante desse cenário, partimos da seguinte questão: qual o papel do jornalismo – e da imprensa tradicional – em

contextos de alta polarização, descrédito institucional e disputa por legitimidade informativa? Este artigo tem como objetivo analisar como o jornalismo de posição e os discursos do público nas mídias sociais constroem, reforçam ou deslegitimam sentidos sobre a educação pública no Brasil, com base nas reações aos dados do IDEB (2023) nos perfis da *Folha de S. Paulo* e do *O Povo* no Instagram. A coleta de dados concentrou-se nos comentários postados entre os dias 15 e 17 de agosto de 2024, período de maior visibilidade do tema nas mídias sociais. A escolha por analisar o Instagram se deve à sua estrutura algorítmica de ampla circulação de conteúdos e ao seu protagonismo na mediação entre imprensa e audiência, especialmente em pautas de alta sensibilidade política.

A escolha por trabalhar com a temática da educação pública também reflete uma motivação acadêmica, profissional e pessoal dos autores, considerando nossas experiências com o ensino público e com a análise crítica das políticas educacionais. Essas vivências contribuem para uma leitura mais aprofundada da forma como os dados educacionais são apropriados no debate midiático, revelando tensões entre estatísticas, realidades escolares e posicionamentos ideológicos.

MÍDIAS SOCIAIS, JORNALISMO E DISPUTAS DE SENTIDO EM TEMPOS DE POLARIZAÇÃO

A transição do julgamento editorial humano para a seleção algorítmica não

deve ser entendida como causa direta da perda do papel central do jornalista, mas como sintoma de uma transformação mais ampla nas lógicas de produção, circulação e consumo da informação, decorrente de processos históricos, econômicos e tecnológicos que antecedem a lógica algorítmica, mas que, com ela, ganham novas dinâmicas de filtragem e visibilidade.

Embora não seja a causa direta da diminuição do papel tradicional do jornalista, essa mudança tecnológica potencializa uma dinâmica já em curso, na qual as plataformas digitais e seus mecanismos de impulsionamento orientados ao lucro tensionam a responsabilidade central do jornalismo — entregar notícias factuais e de interesse público. Nesse contexto, qualquer usuário pode produzir e compartilhar informações, reduzindo a centralidade do *gatekeeping* realizado por jornalistas e editores, que filtravam e selecionavam conteúdos relevantes e verificados.

A desinformação não apenas confunde, mas também abala a convivência democrática, intensificando problemas como a ultrapolarização política. Segundo o projeto Índice de Credibilidade Jornalística, que reúne 22 pesquisadores de cinco universidades, esse fenômeno reforça teorias conspiratórias, alimenta o negacionismo e fragmenta o tecido social. Seus impactos são especialmente devastadores na política e na ciência, como evidenciado durante a pandemia de covid-19, quando aumentaram teorias conspiratórias sobre a origem do vírus, tratamentos falsos e desconfiança na eficácia das vacinas.

As marcas históricas de regimes autoritários e violência política na América

Latina reverberam nas disputas discursivas contemporâneas nas mídias sociais, onde a memória coletiva é constantemente tensionada. Aqui, é importante distinguir memória coletiva (categoria das Ciências Sociais), memória histórica (categoria da História) e memória discursiva (conceito da AD). A memória discursiva, que será mobilizada na análise, refere-se ao retorno de dizeres anteriores que se reinscrevem no presente, produzindo novos efeitos de sentido. A ausência de processos robustos de justiça de transição e a persistência de narrativas negacionistas alimentam um ambiente propício à fragmentação social e à contestação dos fatos históricos, ampliando o desafio ético de distinguir verdades factuais em meio à polarização e à pós-verdade.

No campo do jornalismo e das mídias sociais, o desafio de distinguir notícias factuais de desinformação é atualíssimo. A estrutura das mídias sociais apoia a circulação de “notícias falsas”, especialmente em momentos eleitorais. Essa influência está intimamente ligada ao contexto da pós-verdade, no qual os limites entre verdade e falsidade tornam-se difusos. Diferente da mentira tradicional, que esconde ou distorce fatos, a pós-verdade rejeita a própria noção de verdade objetiva. Esse conceito ganhou popularidade em eventos como o referendo do Brexit e as eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2016, nos quais fatos objetivos perderam força na formação da opinião pública.

Ceylan, Anderson e Wood (2023) examinaram o Instagram e destacaram que, devido ao foco em conteúdos visuais e interativos, a plataforma facilita a rápida disseminação de desinformação emocionalmente apelativa. As dinâmicas de

“recompensa” nas mídias sociais — curtidas e compartilhamentos — incentivam o compartilhamento de informações independentemente de sua veracidade. O estudo revela que os usuários habituais tendem a compartilhar conteúdos que geram engajamento, sem discriminar entre verdadeiro e falso.

Embora associado ao crescimento das mídias sociais, o fenômeno da pós-verdade não é recente. O jornalista Zarzalejos (2017) menciona os Protocolos dos Sábios de Sião, uma fábula antisemita da Rússia czarista, usada por Hitler para promover o antissemitismo na Europa entre as guerras. A filósofa Hannah Arendt é uma das precursoras na análise do efeito das mentiras e manipulação da verdade na política. Em seu ensaio *Truth and Politics* (1967), Arendt mostra como a manipulação sistemática da verdade cria um espaço propício ao que hoje chamamos pós-verdade. Para ela, essa manipulação não é um ato isolado, mas uma erosão da confiança na verdade como conceito. Sua reflexão será integrada à análise de forma articulada, servindo para compreender como, no ambiente digital, narrativas contrárias aos dados do IDEB (2023) se estruturam e se legitimam, mesmo em contradição com informações verificáveis.

O conceito de “câmaras de eco”, de Recuero, Soares e Zago (2021), descrevem a tendência dos usuários a interagir apenas com conteúdo e opiniões alinhadas às suas próprias visões, reforçando polarizações e limitando a exposição a perspectivas divergentes, será mobilizado diretamente na análise para interpretar FDs específicas, especialmente aquelas que demonstram descrédito e desconfiança nos resultados do IDEB (MEC [...], 2024), mostrando como a

restrição de repertórios informativos intensifica a polarização.

O IDEB 2023 NAS MÍDIAS SOCIAIS: EDUCAÇÃO NO CEARÁ ENTRE CELEBRAÇÃO E POLARIZAÇÃO

Para interpretar essas manifestações, utilizamos a AD, segundo Orlandi (2005), que permite compreender como os sentidos são produzidos nas interações digitais. Neste trabalho, empregamos conceitos centrais da AD – formação discursiva, posição-sujeito, condições de produção e memória discursiva – para evitar que a interpretação se restrinja ao nível do conteúdo e, assim, alcançar o funcionamento discursivo propriamente dito. Esses sentidos não são neutros: refletem posições ideológicas (no sentido proposto por Orlandi (2025), como materialidade histórica do discurso, substituindo o uso anterior da expressão “valores ideológicos”) e relações de poder.

A educação no Brasil sempre ocupou lugar central nos projetos de desenvolvimento nacional. A partir da Proclamação da República (1889), intensificaram-se os debates sobre a universalização do ensino básico, retomados com mais força na Constituição de 1988, que consagrou a educação como direito de todos e dever do Estado. Desde então, políticas públicas buscaram reduzir desigualdades históricas, com avanços notáveis em algumas regiões. É o caso do Ceará, que enfrentava altos índices de analfabetismo, mas, nas últimas décadas,

consolidou-se como referência nacional na educação básica.

O Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), iniciado em 2007, foi crucial para garantir a alfabetização até os sete anos de idade. Com resultados expressivos, o modelo foi adotado nacionalmente pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Investimentos em formação docente, avaliações diagnósticas e escolas em tempo integral ampliaram esse avanço. Em 2024, os dados do IDEB (2023) colocaram o Ceará no topo do *ranking* nacional nos anos iniciais do ensino fundamental, com destaque também no Ensino Médio.

Entretanto, a repercussão desses dados em mídias sociais, especialmente no Instagram, revelou disputas discursivas que extrapolam o campo educacional e expõem as tensões políticas em torno da credibilidade de indicadores públicos. Para compreender essas disputas, foram analisados comentários de usuários em postagens dos veículos *O Povo* (15 de agosto de 2024) e *Folha de S. Paulo* (17 de agosto de 2024).

A *Folha de S. Paulo*, com público majoritariamente concentrado no Sudeste, abordou os resultados em perspectiva nacional, enquanto *O Povo*, jornal cearense de ampla tradição regional, tratou com ênfase local o desempenho do estado. A análise das interações nas postagens mostra como os dados educacionais, ao circular em mídias sociais, ativam diferentes FDs: em alguns comentários, há celebração dos resultados como expressão de políticas públicas exitosas; em outros, surge o ceticismo diante dos índices, com acusações de manipulação estatística ou uso político da informação.

A partir da AD, entendemos que essas FDs não se limitam a opiniões isoladas, mas se inscrevem em condições de produção marcadas por disputas políticas e ideológicas mais amplas, nas quais a memória discursiva atua reatualizando dizeres sobre a credibilidade de indicadores públicos, a legitimidade de governos e o papel do Estado na educação.

Como afirma Mouffe (2000), a política democrática é marcada por antagonismos, e os dados do IDEB (MEC [...], 2024) se tornam um dispositivo discursivo que mobiliza identidades políticas divergentes.

Nesses ambientes, a lógica do engajamento – impulsionada por algoritmos que priorizam conteúdos com maior repercussão – favorece discursos afetivos, polarizados e, muitas vezes, descolados da informação técnica. Ainda que não se trate diretamente de desinformação, as interpretações divergentes dos dados se amplificam em ambientes digitais nos quais a mediação jornalística tradicional disputa espaço com percepções subjetivas e leituras enviesadas.

O caso do IDEB (2023) mostra como as mídias sociais não apenas disseminam informações, mas também as ressignificam, de acordo com os repertórios dos públicos e seus alinhamentos políticos. Assim, a análise qualitativa dos comentários permite perceber como o desempenho educacional do Ceará é transformado em arena de disputas simbólicas mais amplas sobre o papel do Estado, a legitimidade de governos locais e a confiança em indicadores públicos.

As disputas discursivas que envolvem temas educacionais nas mídias sociais devem ser compreendidas à luz

dos processos históricos e políticos que estruturam a memória coletiva na América Latina. Conforme destaca Seligmann-Silva (2022, p. 9), a “virada testemunhal do saber histórico” revela como relatos e memórias sobre os períodos ditatoriais ganham protagonismo na reconfiguração da compreensão pública sobre esses eventos. Todavia, essa construção está longe de ser consensual, pois enfrenta resistências que se manifestam em narrativas contrárias, frequentemente reproduzidas por discursos polarizados e desinformação nas plataformas digitais (Becker; Goes, 2020; Recuero; Soares; Zago, 2021).

Assim, a análise discursiva de conteúdos relacionados ao IDEB (2023) (MEC [...], 2024), instrumento que reflete políticas públicas educacionais, revela como a educação pública é um campo estratégico para a disputa ideológica e a construção social da verdade em contextos de pós-ditadura e crise democrática.

APROPRIAÇÕES DO IDEB 2023 NA ESFERA DIGITAL: ANÁLISE DE COMENTÁRIOS NO INSTAGRAM

A AD de linha francesa, conforme formulada por Orlandi (2005), compreende o discurso como efeito da relação entre língua, história e ideologia. No presente estudo, essa perspectiva orienta a análise, priorizando conceitos como condições de produção, formação discursiva, posição-sujeito e memória discursiva (no singular), de modo a compreender como sentidos se

constroem e se estabilizam na circulação digital. Assim, a análise não se limita à descrição de temas ou ao levantamento de conteúdos recorrentes, mas busca identificar como tais conceitos se materializam nos enunciados, revelando disputas ideológicas e processos de legitimação ou deslegitimação. Ao adotar a AD, rejeita-se o enfoque quantitativo e a codificação temática da análise de conteúdo, bem como a ênfase persuasiva e estratégica da análise retórica, privilegiando-se a compreensão dos efeitos de sentido no interior de FDs específicas.

Nesse enquadramento, os comentários analisados não são tomados como opiniões isoladas ou simples unidades de informação, mas como materialidades discursivas. Essas materialidades estão inscritas em uma formação discursiva (conjunto de dizeres possíveis em determinado contexto ideológico), partem de uma posição-sujeito (lugar simbólico a partir do qual o enunciador fala) e se produzem em condições de produção específicas (o contexto histórico, político, midiático e tecnológico no qual o discurso emerge).

Outro conceito central mobilizado é o de memória discursiva – entendida como o conjunto de sentidos já ditos que retornam e se reinscrevem nos dizeres atuais, orientando o que pode e o que não pode ser dito em determinado momento histórico. Ainda que o texto dialogue pontualmente com noções como memória social ou memória histórica, estas se referem a perspectivas mais amplas das ciências sociais e da história, e não substituem a especificidade da memória discursiva na AD.

Benetti (2008, p. 107 *apud* Furtado; Mendonça, 2022, p. 182) afirma que:

Compreendemos o jornalismo como um lugar de circulação e produção desentidos. De forma sucinta, o jornalismo é um discurso: a) dialético; b) polifônico; c) opaco; d) ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; e) elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares.

De modo complementar, Benetti e Lago (2010, p. 109) afirmam que “dizer e interpretar são movimentos de construção de sentidos, e, assim como dizer, também interpretar está afetado por sistemas de significação”. Assim, a AD não trabalha com o conteúdo em si, mas com os efeitos de sentido produzidos em determinados contextos de circulação e recepção.

A partir disso, em um primeiro momento, foram mapeados 348 comentários publicados no perfil da *Folha de S. Paulo* e 166 no perfil do *O Povo* no Instagram, coletados entre 15 e 17 de agosto de 2024 – período de maior repercussão dos dados do Ideb 2023 na plataforma. A seleção considerou postagens com alto engajamento e relevância temática.

Para organizar o material e visualizar recorrências, utilizou-se o software *ATLAS.ti*, sem aplicação de codificação estatística, apenas como ferramenta de gestão do *corpus*. A análise foi qualitativa e interpretativa, orientada pelos conceitos centrais da AD, com atenção ao modo como as FDs se manifestam nas condições concretas de produção.

A leitura analítica permitiu identificar quatro FDs recorrentes, cada uma expressando modos de dizer atravessados por memórias discursivas e posições ideológicas distintas:

- FD 01: Aspectos culturais e econômicos.
- FD 02: Falta de credibilidade e desconfiança.
- FD 03: Influência de *fake news*.
- FD 04: Menção política e polarização.

A seguir, apresentam-se essas FDs com excertos representativos (T1, T2 etc.) e interpretações à luz da AD.

FD 01 – Aspectos culturais e econômicos

Essa formação discursiva associa a educação ao desenvolvimento social e econômico, reinscrevendo uma memória discursiva histórica que posiciona a escolarização como motor de progresso e superação de desigualdades regionais (Freire, 1987). Nas condições de produção do debate no Instagram sobre o Ideb 2023,

essa memória se atualiza em duas posições-sujeito principais: a do observador externo ao Nordeste, que enuncia a partir de um olhar comparativo ou avaliativo, e a do sujeito pertencente à região, que valoriza sua trajetória e conquista educacional.

No perfil da *Folha de S. Paulo*, com audiência nacionalizada, predomina a primeira posição-sujeito – que observa “de fora” e tende a significar o avanço educacional do Ceará como fenômeno recente ou surpreendente. Já no *O Povo*, com público majoritariamente nordestino, a segunda posição-sujeito aciona memórias discursivas de pertencimento e orgulho regional, reforçando a narrativa de que os resultados são fruto de um processo histórico.

Esse funcionamento se observa, por exemplo, em T1 (Figura 1), no qual o enunciador, possivelmente externo ao contexto cearense, mobiliza o índice para ironizar ou questionar a validade da conquista:

Figura 1: Crítica à validade do Ideb

mauricioscosta_avante_brasil
23 sem
SÓ OTÁRIOS ACREDITAM NESSA PESQUISAS

mauricioscosta_avante_brasil
23 sem
AINDA TEM INOCENTES QUE ACREDITAM NESSAS PESQUISAS PAGAS PELO PT.

Fonte: T 1 – *O Povo* (2024).

O comentário mistura avaliação educacional com julgamento político-partidário, deslocando o sentido de “desempenho” escolar para um embate ideológico. Esse dizer se inscreve em uma formação discursiva que associa melhorias no Nordeste a políticas de governos

específicos, o que gera tanto reconhecimento quanto descrédito, conforme a posição ideológica.

Em T2 (Figura 2), na *Folha*, a crítica também se articula a marcadores políticos, tensionando o valor do índice:

Figura 2: Crítica a marcadores políticos

23 sem

Mais mesmo assim ficou abaixo da média, triste ilusão, os esquerda querem por conta disso alegar que esse desgoverno PTRALHA é bom pro povo

Fonte: T 2 – Folha de S. Paulo (2024).

Nesse enunciado, a posição-sujeito opera um deslocamento de sentido: o resultado técnico é lido à luz de alinhamentos partidários, e não de parâmetros pedagógicos.

Já T3 e T4 (Figuras 3 e 4) revelam outra vertente dessa FD: a valorização do avanço educacional como conquista histórica, ancorada em políticas públicas nomeadas, como o PAIC e o ex-governador Cid Gomes. Aqui, a posição-sujeito mobiliza memórias discursivas de continuidade política e investimento estruturante, funcionando como contra-argumento ao ceticismo de T1 e T2.

Figura 3: Conquista histórica da educação no Ceará

Modelo desenvolvido e implantado pelo ex-governador Cid Gomes. Ceará saiu de uma das piores educações do Brasil p ocupar esse lugar de destaque nacional. Viva o PAIC!!!

Responder

Fonte: T3 – Folha de S. Paulo (2024).

Figura 4: Redes sociais e a mobilização de memórias históricas

Aposto como não utilizam aquele monte de plataformas como em SP (que só atrapalham). Parabéns pro Nordeste! ❤️🙏
Responder Ver tradução

Fonte: T4 – Folha de S. Paulo (2024).

As condições de produção das redes sociais favorecem esse tipo de enunciação curta, de alto impacto afetivo, que

reinscreve disputas históricas sobre o lugar do Nordeste no imaginário nacional.

FD 02 – Falta de credibilidade e desconfiança

Essa formação discursiva é atravessada por uma memória discursiva de descrédito institucional, que desloca a autoridade dos indicadores técnicos para o saber vivido. O saber vivido, nessa condição de produção marcada pela polarização e pela crise de confiança, adquire estatuto de verdade e funciona como critério de legitimação dos sentidos produzidos.

Em T5 (Figura 5):

Figura 5: Predominância do saber vivido sobre indicadores técnicos

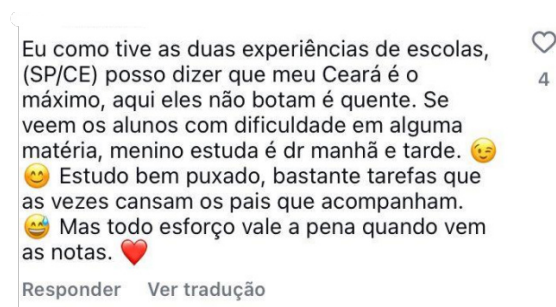
O Ceará alugando uma cobertura na mente do Brasil...
Responder Ver tradução 40

Fonte: T 5 – Folha de S. Paulo (2024).

O efeito de sentido aqui não decorre do índice, mas da construção de legitimidade discursiva pelo lugar de fala – a vivência direta. Esse dizer se inscreve em uma formação discursiva que privilegia o testemunho individual sobre a informação técnica, delimitando previamente quais fontes são confiáveis, antes mesmo do contato com o dado.

Em T6 (Figura 6):

Figura 6: Experiência escolar e participação familiar como critério de legitimidade



Fonte: T 6 – *O Povo* (2024).

O enunciador ancora sua avaliação em experiências escolares comparativas, reforçando a percepção de que o esforço e o acompanhamento familiar têm mais peso que qualquer avaliação institucional. Esse funcionamento dialoga organicamente com o conceito de câmaras de eco (Recuero; Soares; Zago, 2021), pois a experiência relatada circula como confirmação de crenças prévias, fechando-se a contrapontos externos.

Essa FD esteve presente em públicos distintos, mostrando que o descrédito institucional não é monopólio de um espectro político específico, mas atravessa diferentes posições-sujeito.

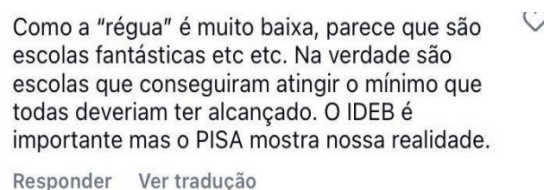
FD 03 – Influência de fake news

Essa formação discursiva invalida os dados do IDEB 2023 (MEC [...], 2024) com base em informações falsas ou distorcidas, articulando-se a uma memória discursiva de boatos e narrativas conspiratórias. Nas condições de produção digitais, essas formulações ganham amplitude pela lógica de

engajamento e recompensa algorítmica (Ceylan; Anderson; Wood, 2023).

Em T7 (Figura 7), observa-se a desvalorização do Ideb por meio da comparação com outra avaliação:

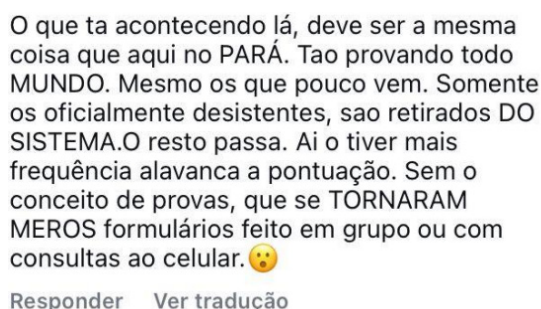
Figura 7: Comparação do IDEB com avaliações internacionais (PISA)



Fonte: T 7 – *Folha de S. Paulo* (2024).

O enunciador hierarquiza instrumentos de avaliação, atribuindo maior legitimidade ao *Programme for International Student Assessment* (PISA) por ser internacional, acionando a memória discursiva que valoriza o “de fora” como mais confiável. Esse dizer se inscreve em uma formação discursiva que desloca o debate do campo técnico para uma disputa simbólica sobre credibilidade. Em T8 (figura 8):

Figura 8: Desvalorização do IDEB 2023 baseada em informações falsas



Fonte: T 8 – *O povo* (2024).

A acusação constrói um efeito de verdade sem evidências, típico do funcionamento das *fake news*. Esse padrão

eco, de forma integrada à análise, o que Arendt (1967) descreve como manipulação sistemática da verdade – não se nega apenas um dado, mas se corrói a própria confiança na possibilidade de verdade objetiva.

Assim, essa FD não só atinge o IDEB (2023), mas também deslegitima professores e escolas, reforçando estereótipos regionais e memórias discursivas de favorecimento político.

Figura 9: Apropriação do IDEB em disputas políticas e polarização ideológica

**23 sem
Tudo MENTIRA!
Os dados são manipulados, professores e terceiros fazem a prova no lugar das
crianças.**

Fonte: T 9 – *O Povo* (2024).

O índice é inscrito como produto de manipulação governista, deslocando-o da esfera técnica para a arena ideológica. Esse dizer se inscreve em uma formação discursiva que atualiza sentidos já circulantes sobre supostas fraudes em estatísticas públicas, reforçando fronteiras ideológicas.

Na posição-sujeito progressista, minoritária no *corpus*, o Ideb é mobilizado como evidência de políticas educacionais bem-sucedidas no Nordeste, funcionando como reafirmação identitária e contra-argumento à desconfiança.

Em ambos os casos, a AD evidencia que o sentido do índice está previamente delimitado pelas FDs de cada grupo. As plataformas digitais, ao favorecer conteúdos polarizadores, amplificam esses limites e reduzem o espaço de negociação discursiva.

FD 04 – Menção política e polarização

Essa FD é marcada pela apropriação do IDEB (2023) como argumento em disputas partidárias, mobilizando a memória discursiva recente da polarização brasileira. Nas condições de produção das redes sociais, o antagonismo político organiza o sentido antes mesmo da leitura dos dados.

Na posição-sujeito conservadora, aparecem enunciados como T9 (Figura 9):

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das interações no Instagram da *Folha de S. Paulo* e de *O Povo* sobre o Ideb 2023, orientada pela AD de linha francesa, permitiu compreender como diferentes posições-sujeito, atravessadas por memórias discursivas e formações ideológicas, produzem sentidos diversos para um mesmo acontecimento. Ao considerar as condições de produção específicas de cada veículo – um com audiência nacionalizada, outro com forte inserção regional, foi possível observar que os enunciadores não apenas comentam dados técnicos, mas reinscrevem-nos em disputas identitárias, políticas e culturais.

O estudo mostrou que a circulação de sentidos no Instagram sobre o IDEB (2023) (MEC [...], 2024) não é homogênea: no perfil da *Folha de S. Paulo*, predominaram

comentários que relativizam ou questionam o resultado, muitas vezes acionando memórias discursivas de descrédito institucional e de superioridade de modelos do Sudeste ou de avaliações internacionais; no *O Povo*, prevaleceram comentários que resgatem políticas públicas e trajetórias históricas da educação no Ceará, em um movimento de valorização regional e de reafirmação de pertencimento.

As quatro formações discursivas identificadas evidenciaram estratégias distintas de significação: FD 01 – Aspectos culturais e econômicos: reforço de identidades regionais ou contraposição entre modelos educacionais, ancorados em memórias de desenvolvimento e pertencimento. FD 02 – Falta de credibilidade e desconfiança: prevalência da experiência pessoal como critério de verdade, deslocando a autoridade dos dados técnicos para relatos individuais. FD 03 – Influência de *fake news*: atualização de boatos e acusações infundadas no contexto digital, produzindo efeitos de verdade sustentados por percepções pré-existentes. FD 04 – Menção política e polarização: transformação do índice em instrumento de disputa ideológica, retirando-o do campo técnico para reinscrevê-lo na arena simbólica.

Esses resultados reforçam que a leitura do IDEB (2023) (MEC [...], 2024) nas redes sociais não pode ser compreendida apenas pela análise do conteúdo dos comentários, mas requer a compreensão do funcionamento discursivo que lhes dá forma e sentido. Ao mobilizar conceitos como formação discursiva, posição-sujeito, condições de produção e memória discursiva, foi possível demonstrar que o debate público sobre educação é permeado por

processos de legitimação e deslegitimação que extrapolam a esfera técnica, revelando tensões históricas, culturais e políticas.

Cabe destacar que, embora o foco da análise tenha recaído sobre os comentários de usuários nas redes sociais, o jornalismo de posição foi considerado como elemento estruturante do enquadramento inicial das postagens analisadas. Assim, ainda que o *corpus* seja composto por falas do público, a mediação jornalística condiciona e delimita os sentidos possíveis que emergem nessas interações.

Como desdobramento, investigações futuras podem ampliar o *corpus* para outras plataformas e períodos, permitindo observar a persistência ou transformação dessas FDs e avaliar o papel que diferentes perfis de veículos desempenham na sustentação ou no deslocamento desses sentidos. Mais do que compreender a repercussão de um indicador educacional específico, trata-se de mapear os modos como o debate público sobre educação é construído, tensionado e ressignificado na esfera digital.

Minibiografias

[LUAN PAZZINI BITTENCOURT]

Doutorando em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM-UFRJ). Mestre em Ciências da Comunicação e graduado Comunicação Social - Jornalismo pela UNISINOS. E-mail: luanpazzini1@gmail.com

[THALITA GABRIELE MOURA VIEIRA]

Mestranda em Sociologia (Linha: Política, Economia e Sociedade) e Bacharela em Comunicação Social (Jornalismo) pela UFC. Pós-graduada em Mídias e Educação pelo IFSULDEMINAS. E-mail: thalitagm@gmail.com

[RENAN DE LIMA DA SILVA]

Doutor e pós-doutorando em Turismo e Hospitalidade pela Universidade de Caxias do Sul. Mestre pelo mesmo programa (2015) e graduado em Gestão do Turismo pela UNIPAMPA (2012). Integrante do AMORCOMTUR. E-mail: renan.turismo@gmail.com

Referências

AINDA Estou Aqui. Direção de Walter Salles. Brasil: Gullane, 2024. Disponível em: <https://www.netflix.com>. Acesso em: 19 nov. 2024.

ARAGÃO, Fernanda Bôto Paz; FARIAS, Fabíola Gomes; MOTA, Márcio de Oliveira; FREITAS, Ana Augusta Ferreira. Curtiu, comentou, comprou: a mídia social digital Instagram e o consumo. **Revista Ciências Administrativas**, Fortaleza, v. 22, n. 1, p. 130, 2016. DOI: 10.5020/2318-0722.2016.v22n1p130. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rca/article/view/3979>. Acesso em: 19 mar. 2025.

ARENDT, Hannah. **Truth and Politics**. Nova Iorque: The New Yorker, 1967.

BECKER, Beatriz; GOES, Francisco Moratório de Araújo. Fake news: uma definição possível entre a reflexão crítica e a experiência jornalística. **Revista Latino-Americana de Jornalismo: Âncora**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 34-53, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ancora>. Acesso em: 23 abr. 2025.

BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BOYD, Danah. **It's complicated: the social lives of networked teens**. New Haven: Yale University Press, 2014.

BRASIL [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Presidência da República**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório final**. Brasília, DF: Comissão Nacional da Verdade, 2014. 3v. Disponível em: <https://cnv.gov.br>. Acesso em: 25 out. 2025.

MEC e Inep divulgam resultados do Ideb 2023. **Gov.br**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/avisos-de-pauta/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-ideb-2023>. Acesso em: 14 mar. 2025.

CEYLAN, Gizem; ANDERSON, Ian; WOOD, Wendy. Sharing of misinformation is habitual, not just lazy or biased. **Proc. Natl. Acad. Sci.**, Princeton, v. 120, n. 4, e2216614120, 2023. DOI: 10.1073/pnas.2216614120. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.2216614120>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FURTADO, Thais Helena; MENDONÇA, Luan Pazzini. O jornalismo literário de Eliane Brum: estudo de sentidos e das vozes nas colunas do site El País Brasil. **Afluente**: Revista

de Letras e Linguística, Maranhão, p. 173-194, 28 Fev 2022 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/view/16670>. Acesso em: 25 out 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LORCA, Javier. A motosserra de Milei devasta os sítios de memória sobre os crimes da ditadura. **El País**, 2025. Disponível em: <https://elpais.com/argentina/2025-01-12/la-motosierra-de-milei-devasta-los-sitios-de-memoria-sobre-los-crimenes-de-la-dictadura.html>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **De los medios a las mediaciones**: comunicación, cultura y hegemonía. 5. ed. Bogotá: Ediciones G. Gili, 2003.

MCINTYRE, Lee. **Post-truth**. Cambridge: The MIT Press, 2018. DOI: <https://doi.org/10.7551/mitpress/11483.001.0001>

MOUFFE, Chantal. Agonistic model of democracy. In: MOUFFE, Chantal. **The democratic paradox**. London: Verso, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PRIMO, Alex. O que há de social nas mídias sociais? reflexões a partir da teoria ator-rede. **Contemporânea**, Salvador, v. 10, n. 3, p. 618-641, 2012. DOI: 10.9771/contemporanea.v10i3.6800. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6800>. Acesso em: 21 abr. 2025.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; ZAGO, Gabriela. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre covid-19 no Twitter. **Revista Contracampo (UFF)**, Niterói, v. 40, n. 1, jan./abr. 2021. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.1154. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1154>. Acesso em: 10 out. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas, SP: EdUnicamp, 2022.

TÜFEKCI, Zeynep. **Twitter and tear gas**: the power and fragility of networked protest. New Haven: Yale University Press, 2017.

ZARZALEJOS, José Antônio. Comunicação, jornalismo e “fact-checking”. **Revista Uno**, São Paulo, n. 27, p. 11-13, 2017.